

## **OS SERVIÇOS EDUCATIVOS EM MUSEUS PORTUGUESES: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA**

Gabriela Ramos Figurelli<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo propõe-se a compreender qual o espaço destinado ao caráter educativo nos museus portugueses ao longo dos anos. O intuito é entender como as ideias de cunho educativo se desenvolveram nos espaços museológicos portugueses e assim perceber se há abertura e receptividade para novos olhares, movimentos e entendimentos, novas ações, atuações e novas propostas que qualifiquem a relação que se estabelece entre o público, o patrimônio e o espaço museológico. Através do levantamento de informações referentes às atividades de cunho educativo desenvolvidas nas instituições museológicas portuguesas, dos registros de criações de setores, da documentação relativa à regulamentação da função, entre outras questões formais e

---

<sup>1</sup> Gabriela Ramos Figurelli é doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), em Lisboa. Colaboradora do Departamento de Museologia e investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento, da ULHT. Seu principal tema de pesquisa é a ação educativa direcionada ao público interno dos museus - a equipe de funcionários de uma instituição museológica - estando suas publicações relacionadas à Educação no âmbito da Museologia. [gabrielafigurelli@hotmail.com](mailto:gabrielafigurelli@hotmail.com)

estruturais para a área, o artigo busca compreender a trajetória histórica dos serviços educativos em museus portugueses.

**Palavras chave:** Museologia e Educação; Serviços Educativos; Museus Portugueses; Ação Educativa

### **Abstract**

This article proposes to understand what the space for the education in Portuguese museums over the years. The aim is to understand how the educational basis of ideas was developed in the Portuguese museum spaces and understand whether there is openness and receptivity to new views, moves and understandings, new actions, performances and new proposals that qualify the relationship established between the public, the heritage and the museum. By surveying information on the education activities in the Portuguese museums, the records of creations sectors, the documentation relating to the regulation of the function, among other formal and structural issues for the area, the article searches to understand the historical trajectory of educational services in Portuguese museums.

**Keywords:** Museology and Education; Educational Services; Portuguese museums; Educational Action

No âmbito da Educação Museal reconhece-se a existência de uma função educativa nas instituições museológicas, cujo papel é criar oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para pessoas de todas as idades, que utilizem o patrimônio como recurso

para o questionamento, para a revisão de conceitos e opiniões, para a construção de conhecimentos, para o estímulo aos diferentes sentidos, para o desenvolvimento de habilidades, propiciando outras maneiras de desvendar e compreender o mundo. Função educativa que se traduz em ações baseadas em metodologias próprias que permitam a formação de um sujeito histórico-social que analisa criticamente, que recria e constrói a partir de um referencial que se situa nos bens (materiais e imateriais), entendidos como patrimônio cultural, nas suas mais diferentes características. Atividades que considerem o museu como espaço propício de articulação do afetivo, do emotivo, do sensorial e do cognitivo, do abstrato e do conhecimento inteligível, enfim, da construção do conhecimento (Cabral Santos, 1997).

Neste sentido, compreender qual o espaço destinado ao caráter educativo nos museus portugueses ao longo dos anos é um fator relevante para a investigação desenvolvida pela autora. Entender como as ideias de cunho educativo se desenvolveram nos espaços museológicos portugueses faz-se importante para perceber se há abertura e receptividade para novos olhares, movimentos e entendimentos, novas ações, atuações e novas propostas que qualifiquem a relação entre o público, o patrimônio e o espaço museológico. Para tanto, foi realizado um levantamento de informações referentes às atividades de cunho educativo desenvolvidas nas instituições museológicas portuguesas, os registros de criações de setores, a documentação relativa à regulamentação da função, entre outras questões formais e estruturais para a área que auxiliam na compreensão da trajetória histórica dos serviços educativos em museus portugueses.

Sabe-se que à medida que o museu deixou de estar centrado nas coleções e no seu papel preservacionista, trouxe ao

centro das atenções o lado humano das relações estabelecidas com o patrimônio institucionalizado. Assim, o caráter educativo dos museus fez-se cada vez mais presente nas instituições museológicas também como um reflexo da abertura dos museus à sociedade, de uma maneira geral. Gradualmente, os museus deixaram de ser espaço destinado apenas aos eruditos, especialistas e investigadores e começaram a ser freqüentados por pessoas provindas de diferentes grupos, independente de seu grau de instrução ou idade, levando ao crescimento de demandas por articulações entre as instituições e as pessoas. Contudo, há estudiosos do tema que acreditam que o sentido é inverso, que foi justamente a criação de ações educativas que auxiliaram no processo de aproximação entre os públicos e as coleções.

Embora não haja consenso sobre o que influenciou e originou o que, compreende-se que a organização e institucionalização dos setores, núcleos ou serviços educativos ocorreu em decorrência das ações educativas desenvolvidas pelos profissionais de museus as quais, num primeiro momento e comumente, aconteciam de maneira pontual, espontânea, desconectada de um objetivo maior.

Sendo assim, ainda que os registros apontem para 1953 como o ano em que o Museu Nacional de Arte Antiga, localizado em Lisboa, iniciou suas atividades de natureza educativa, constituindo o primeiro serviço educativo a ser criado em um museu português, focado sobretudo na relação museu-escola (Cabral, 1999, Faria, 2000, Cavaco, 2002, Teixeira, 2004, Leal, 2007, Mendes, 2009, Ribeiro, 2010, Moura, 2011), pode-se afirmar que a ação educativa nos museus portugueses acontecia anteriormente a esta data, desarticulada de um setor especificamente responsável por ela (Cavaco, 2002; Mendes, 2009, p.42). O reconhecimento do

pioneirismo do Museu Nacional de Arte Antiga ao organizar o primeiro Serviço Educativo de um museu português, ainda que não oficializado, corrobora o grande valor desta iniciativa para a Educação em museus no âmbito nacional. Este setor serviu de base, inspiração e laboratório para o trabalho de caráter educativo iniciado em diversos outros museus portugueses, além de auxiliar na formação de muitos profissionais atuantes na educação museal portuguesa (Teixeira, 2004).

*"é que graças à destacada ação de João Couto (1892-1968) - primeiro conservador e, posteriormente, como diretor do MNAA - foi ali criado e desenvolvido, a partir dos inícios dos anos 1930, o 'Serviço de Extensão Educativa'. Tratou-se de uma medida pioneira, em Portugal, que viria a ter repercussões noutros museus do país, promovendo e incentivando a colaboração destes com as escolas. Verifica-se, assim, que paralelamente à relevância então dada à conservação e estudo das coleções, voltava a equacionar-se o potencial educativo dos museus, embora de forma limitada. Com efeito, mais do que a população, em geral, procurava atingir-se preferencialmente, como público-alvo, o grupo escolar e, dentro deste, os mais novos, crianças e adolescentes."*  
(Mendes, 2009 p.35,36)

O que acontecia no Museu Nacional de Arte Antiga, também acontecia em outros museus portugueses. A maior parte dos relatos e descrições relacionados às criações de serviços educativos em museus portugueses faz menção ao trabalho desenvolvido juntamente ao público escolar. Um dado comum à grande parte dos setores que atuam no âmbito da educação em

museus, o qual caracteriza a trajetória dos serviços educativos em Portugal.

Conforme mencionado anteriormente, o Museu Nacional de Arte Antiga foi pioneiro já na década de 1950, nas ações desenvolvidas junto às escolas e também à comunidade envolvente ao próprio Museu (Cabral, 1999, Faria, 2000, Cavaco, 2002, Teixeira, 2004, Leal, 2007, Mendes, 2009, Ribeiro, 2010, Moura, 2011). O Museu Nacional Soares dos Reis, localizado na cidade do Porto e dedicado às artes, teve o seu Serviço de Extensão Escolar introduzido no ano de 1961. Primeiramente direcionado ao público em idade escolar, “pretendia despertar nas crianças o gosto pela observação das artes plásticas e a sua experimentação, num pequeno atelier infantil” (Leal, 2007, p.36). Em 1969 tiveram início as oficinas de verão dirigidas aos jovens dos 14 aos 20 anos e na década de 80 o Museu começou a desenvolver atividades voltadas aos adultos, a partir da solicitação feita pelos professores.

Em Lisboa, o Museu Calouste Gulbenkian, também dedicado às artes, abriu suas portas ao público em 1969. Um ano após a sua inauguração, o Serviço Educativo do Museu foi criado, sendo o público escolar o primeiro público a ser acolhido pela setor, através de ações pensadas para este perfil de visitantes (Leal, 2007). A partir de 1975 o Serviço Educativo do Museu passa a desenvolver um programa de atividades culturais para idosos, diversificando o perfil de público atendido pelo setor educativo. É de se destacar o papel da Fundação Calouste Gulbenkian como incentivadora e dinamizadora de cursos e formações de pessoal nas áreas de animação cultural e educação pela arte, caracterizando-se como um importante contributo para a comunidade portuguesa que atua junto ao património e a Educação.

Na Ilha da Madeira, os serviços educativos foram estruturados, pela primeira vez, em 1994 no Museu de Arte Sacra do Funchal (Leal, 2007, MASF, 2013). Fundado em 1955, sob a tutela da Diocese do Funchal e pertencente à Rede Portuguesa de Museus, o Museu deu início às suas atividades de caráter educativo aproximadamente 40 anos após a sua abertura. Desde o começo, as ações educativas estiveram direcionadas ao público escolar, com experiências educativas que vão do 1.º ciclo ao ensino universitário.

A Fundação de Serralves, é uma instituição cultural que tem como um dos seus objetivos estratégicos a sensibilização e a formação de públicos para a arte contemporânea e o ambiente, através de programas educativos inovadores, adequados a todos os públicos, de todas as idades e de ações de grande visibilidade. Criada na cidade do Porto, no ano de 1986, a Fundação deu origem ao Museu de Arte Contemporânea que funciona desde 1999 e desenvolve uma programação variada que pretende incentivar hábitos culturais e a discussão crítica em relação à arte contemporânea. Os projetos e ações educativas destinam-se ao público pré-escolar, básico e secundário, professores, famílias, ensino superior, adultos e grupos com necessidades especiais.

O fato é que as ações de cunho educativo nos espaços museológicos cresceram de maneira lenta e gradual, assim como a estruturação dos setores e o trabalho desenvolvido de maneira consciente, criteriosa e responsável. De acordo com Cavaco (2002),

*“só na década de 50 se deram os primeiros passos no sentido da formação de pessoal especializado para trabalhar com crianças em museus nacionais. Nessa época, a par do movimento de educação pela arte então introduzido em Portugal por João dos Santos, Arminda Grilo e Cecília Menamo, tiveram no Museu de Arte Antiga*

*as primeiras experiências educativas. Este primeiro embrião de Serviço Educativo veio mais tarde, sobretudo a partir da criação nos anos 80 do Centro Artístico Infantil da Fundação Calouste Gulbenkian, a desempenhar um importantíssimo papel na formação vanguardista de monitores e educadores.” (Cavaco, 2002, p.10)*

Contudo, a formação de pessoal não assegurou a estruturação dos setores e o reconhecimento da profissão. De acordo com Teixeira (2004), até a década de 1970 o trabalho realizado pelos setores educativos desenvolvia-se de uma maneira mais ou menos voluntária e oficiosa, uma vez que os setores educativos não eram reconhecidos oficialmente e os museus não possuíam em seus quadros de funcionários, pessoas dedicadas exclusivamente às ações educativas, o que repercutia em certa instabilidade nos trabalhos de cunho educativo.

Entretanto, estas dificuldades não impediram que a inovação pedagógica se desenvolve-se nos museus espalhados pelo território nacional. Com o 25 de abril de 1974 e a instauração do regime democrático, surgiu um novo cenário nacional. A abertura social, política, econômica e cultural ocorrida em Portugal, no contexto posterior ao Estado Novo, apontaram para um novo período de maior democratização para o País. O panorama de um País empenhado na reconstrução e na concretização de objetivos democráticos: acesso à educação e cultura para todos (Moura, 2011) fez crescer o entendimento dos museus como espaço para educação.

Assim os serviços educativos tornaram-se uma prioridade para muitos museus, e sua expansão iniciou com os museus tutelados pela administração central e alguns privados, estendendo-

se aos museus autárquicos que, mais próximos das comunidades propuseram programações que movimentaram e interagiram com as populações (Faria, 2000, Teixeira, 2004, Moura, 2011). Os museus locais de tutela municipal surgiram neste contexto de abertura pós Estado Novo, como iniciativa que se integrava à vida cotidiana das comunidades. Tendo como principal recurso a própria comunidade, os museus locais de Alcochete, Benavente, Cartaxo, Mértola, Monte Redondo, Portimão, Seixal, Setúbal, Vila Franca de Xira entre outros que nasceram no bojo do movimento de transformação de uma Nova Museologia, também conhecido como MINOM<sup>2</sup>, utilizavam as ações educativas como forma de valorização do patrimônio e integração com o meio a que pertencem (Nabais, 1985, Mouvement International por une Nouvelle Muséologie [MINOM], 1995).

A proximidade entre os museus locais e as comunidades "é um fato que em muitos casos, tem redundado em experiências culturais, educativas e sociais de grande riqueza e que contribuem grandemente para o desenvolvimento dessas comunidades" (MINOM, 1995, p.3). Geralmente, estes universos eram (e são) formados por equipes pequenas, que desempenhavam mais de uma função no museu, fazendo da ação educativa uma prática presente em todo os espaços do museu, considerando a instituição como um

---

<sup>2</sup> MINOM, Mouvement International por une Nouvelle Muséologie [Movimento Internacional para uma Nova Museologia], é uma organização internacional afiliada ao ICOM, composta por profissionais que trabalham em museus comunitários, ecomuseus, institutos de museologia, grupos focados na organização de atividades culturais locais, gestão e mediação cultural. Está aberto à abordagens que tornam o museu um instrumento para a construção da identidade e desenvolvimento dentro da comunidade, e favorece relações de cooperação entre usuários e profissionais, bem como a colaboração intercultural.

todo, em que as diversas funções museológicas interdependem-se e inter-relacionam-se.

Posto isto,

*"o que verdadeiramente interessa é perceber o papel que os museus tiveram na sociedade posterior a 1974. A multiplicação dos museus locais, a diversidade das suas intervenções, a abertura do leque de utentes dos serviços museológicos, o incremento das relações entre a museologia e a salvaguarda do património são elementos a considerar em qualquer análise" (Camacho in MINOM, 1995, p.4).*

É o contexto histórico da Museologia portuguesa ajudando a entender o momento presente da Museologia nacional, nomeadamente no que se refere à trajetória dos serviços educativos. Dando seguimento à reflexão, faz sentido conhecer a formalização e regulamentação dos espaços e cargos.

A criação do Sector de Extensão Cultural do Museu Nacional do Traje constituiu a primeira medida legislativa redigida em Portugal sobre os Serviços de Educação. Este fato aconteceu apenas no ano de 1976, através do decreto-lei 863/76 de 23 de Dezembro (Teixeira, 2004, Leal, 2007), estabelecendo o primeiro setor educativo de um museu português oficializado, tendo as visitas - guiadas, orientadas ou dialogadas - como sua principal atividade.

Foi na década de 80 que ficou estipulado no Decreto-Lei nº45/80<sup>3</sup> que uma das competências dos museus, no domínio da ação cultural seria "dinamizar as relações do museu com o público, por todos os meios ao seu alcance, designadamente por

---

<sup>3</sup> Correspondente ao Decreto-Lei nº 45/80 de 20 de março publicado no Diário da República e que pode ser consultado na seção ANEXOS deste trabalho.

meio de exposições, conferências, concertos e visitas guiadas; organizar atividades culturais por forma sistemática e regular, em colaboração com estabelecimentos de ensino, associações culturais e profissionais e demais entidades públicas e privadas" (Portugal, 1980). Atrelado a esta competência, o Artigo 23 do Decreto-Lei nº45/80 atende uma antiga reivindicação dos profissionais da área e define como uma das carreiras técnico-profissional dos museus, o cargo de monitor, o qual colabora na ação cultural do museu, exercendo junto do público funções de educação, animação e informação.

De acordo com Cavaco (2002), na realidade, este Decreto-Lei apenas refere a exigência mínima de um curso complementar dos liceus ou a exigência de uma prévia experiência técnico-profissional. Ao determinar, apenas, o diploma do ensino secundário e um estágio, estava-se automaticamente a estabelecer uma diferença substancial entre a formação dos conservadores (cuja preparação de base seria a licenciatura) e a formação dos monitores (Mendes, 2009). Diversos diretores de museus manifestaram-se nessa data, no sentido de que a seleção de candidatos viesse a fazer-se entre licenciados e que a nova carreira fosse equiparada à de técnico-superior. Não ocorreu.

Do fim dos anos noventa do século XX ao princípio deste século, a criação de setores educativos assumiu uma expressão ainda mais acentuada e organizada, quer com a fundação de museus que desde logo criaram serviços educativos, quer com a estruturação de serviços educativos já existentes, no sentido de os adaptar às mudanças oriundas da contemporaneidade (Ribeiro, 2010, p.47). Entretanto, ainda que crescente, a criação de serviços educativos não é uma unanimidade na museologia portuguesa

(IPM, 2000), assim como os diversos desafios comuns aos serviços educativos espalhados pelo país.

Para fornecer subsídios à reflexão e à ação, para promover a criação de setores educativos e sua oficialização, para fortalecer a reivindicação pela regulamentação dos profissionais dedicados à área, para partilhar experiências, para promover colaborações, organizaram-se ao longo dos anos e por todo o território português, reuniões, colóquios, seminários e diversos tipos de encontros tendo como tema a relação entre os museus e a Educação.

Já no ano de 1967, a Associação Portuguesa de Museologia (APOM) organizou o seu primeiro seminário sobre Museus e Educação, realizado no Museu Nacional de Arte Antiga, aberto aos professores e educadores (APOM, 1987, Leal, 2007). É importante dizer que o encontro português aconteceu precisamente um ano antes do primeiro colóquio sobre o papel Educativo e Cultural dos Museus, promovido pelo ICOM em Moscou, no ano de 1968, o qual evidencia a atualidade presente no contexto museológico português, em sintonia com o contexto museológico internacional.

Em 1987, a Associação Portuguesa de Museologia (APOM) promoveu seu décimo Colóquio que teve como tema 'A Escola vai ao Museu' e reuniu no Palácio Galveias profissionais de museus e professores interessados em partilhar experiências, refletir sobre as problemáticas da área e buscar inspiração e conhecimento para ampliar os usos dos espaços museológicos. A temática do colóquio faz-se resposta à vontade de aproximar os profissionais e criar movimentos de partilha e colaboração.

O Serviço Educativo do Palácio Nacional da Ajuda organizou, em 1993, uma reunião que tinha entre seus objetivos promover o encontro dos profissionais ligados às ações educativas em museus e partilhar as preocupações inerentes à desqualificação e ignorância

dos Serviços Educativos nos museus portugueses. O impacto da reunião foi bastante positivo para o grupo, o que levou a organização de novas reuniões mensais que seguiram-se até o ano de 2001, por vários museus do país, sempre com a finalidade de reconhecer e aprofundar dinâmicas intrínsecas aos serviços educativos (Moura, 2011), além de fortalecer os profissionais de educação em museus enquanto grupo a fim de conquistar uma gerência aos serviços educativos a nível nacional. De acordo com o relato de Catarina Moura (2011), o grupo trabalhou à volta de algumas questões, tais como:

*“Designação certa para a função educativa; formação adequada para o perfil de técnico Serviço Educativo; formação inicial e formação contínua; diagnóstico e análise de dados recolhidos relativos à situação presente dos Serviços Educativos, meios humanos, atividades e carências. Alicerces de peso para a problematização dos fundamentos e conteúdos educativos e oportunidade para alcançar um progresso qualitativo.”*  
(Moura, 2011)

A compreensão da relevância de se promover a partilha entre os pares, motivou a organização de novas reuniões. A reflexão e a discussão sobre as práticas associadas aos serviços educativos seguiram-se através dos encontros nacionais que reuniam os profissionais ligados à Educação nos espaços museológicos.

Em 1995 o ‘1 Encontro Nacional sobre Museologia e Educação’, organizado pela Câmara Municipal de Setúbal e o Movimento para uma Nova Museologia (MINOM) chamava atenção para o fato do serviço educativo não dever ser confundido com a escolarização dos museus e que cumpre-lhe o papel de mediador

entre a sua coleção e os diferentes setores da comunidade. Conclusão esta que aponta para o entendimento da variedade dos públicos de museus, os quais devem ser alvo de atenção por parte das instituições. Esta questão também foi abordada através da apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelos museus locais de Vila Franca de Xira e Seixal, no âmbito da educação, o qual ilustraram as possibilidades e os alcances que se conquistam quando se trabalha com e para as comunidades locais, indo além do público escolar, aquela que majoritariamente é atendido pelos museus em geral (MINOM, 1995).

Em 2001 ‘Museus e Educação. Política Educativa: objectivos, formação, captação de novos públicos, parcerias e avaliação’, realizado no Centro Cultural de Belém. Em 2002 ‘Ver, Rever. Museus, Educação’, promovido pelo Museu Nacional de Arte Antiga, o qual também trazia à reflexão a relação do serviço educativo com os seus públicos. Em 2011, ‘Serviços educativos em Portugal: ponto da situação’ foi o encontro promovido pelo ICOM-Portugal no Museu Nacional de Arte Antiga em Lisboa, para refletir sobre o atual estado dos serviços educativos em Portugal e as suas perspectivas para o futuro.

Ao ler os trabalhos que se debruçaram sobre a história dos serviços educativos em museus portugueses, é possível identificar as mudanças e os progressos alcançados neste domínio. Contudo, ainda verificam-se carências, tanto do ponto de vista administrativo como humano e financeiro, relacionados aos serviços educativos dos museus. É recorrente a menção que se faz à necessidade de formalizar o setor, regulamentar a função, prever recursos para o setor educativo no orçamento anual dos museus, entre outras questões técnicas e formais que ajudam na estruturação da área. Isto é perceptível também na documentação relacionada a área em

questão que transparece a tardia regulamentação da função educativa dos museus.

Conforme explicitou o Instituto dos Museus e da Conservação, a Lei nº47/2004 que define a Lei Quadro dos Museus Portugueses<sup>4</sup>, configura-se num importante contributo para a estruturação da área museológica em Portugal. Além de definir princípios da política museológica nacional, estabelecer o regime jurídico comum aos museus portugueses entre outras funções organizadoras e reguladoras, acredita-se que a Lei nº47/2004 leva a uma maior sensibilização por parte das entidades responsáveis pelos museus, ao impulso na qualificação dos profissionais, à divulgação e incentivo das boas práticas e de modelos a seguir, além da melhoria no relacionamento estabelecido com os públicos.

O Artigo 42 *'Educação'* da Lei nº47/2004, prevê que o museu desenvolva programas de mediação cultural e atividades educativas que contribuam para o acesso ao património cultural e às manifestações culturais; que promova a função educativa no respeito pela diversidade cultural tendo em vista a educação permanente, a participação da comunidade, o aumento e a diversificação dos públicos (Portugal, 2004). Enunciados que reforçam a importância dos museus pensarem Educação de forma permanente e não apenas associada à idade escolar, e também a Educação dirigida aos públicos cada vez mais diversos, relembrando que os museus (e o património) são espaços para todos.

Do mesmo modo como no Artigo 58 *'Apoio aos visitantes'* da Lei nº47/2004, fica estipulado que o museu deve prestar aos visitantes informações que contribuam para proporcionar a

---

<sup>4</sup> Correspondente ao Decreto-Lei nº 45/80 de 20 de março publicado no Diário da República e que pode ser consultado na seção ANEXOS deste trabalho.

qualidade da visita e o cumprimento da função educativa (Portugal, 2004). Em suma, o papel reconhece estas recomendações. Resta saber se as tutelas e o profissionais que estão a frente dos museus reconhecem e colocam em prática estas recomendações. Resta saber se estas exigências correspondem a serviços educativos de qualidade, pensados para os diferentes públicos dos museus.

Assim, o cenário museológico português no final do século XX apontava uma realidade não muito animadora no que toca à questão educativa. Dos 530 museus portugueses que responderam ao questionário pertencente ao 'Inquérito aos Museus de Portugal'<sup>5</sup>, publicado em 1999, 59% afirmaram possuir serviço educativo, uma das atividades pilares das instituições museológicas. De acordo com as respostas, a atividade mais desenvolvida foi a visita guiada a grupos de estudantes (58% de referências), seguida por ateliês (15%) e animação no exterior (15%), números que demonstram a centralidade do público escolar na atuação dos serviços educativos e as visitas guiadas como principal atividade (IPM, 2000, p.114). Um amplo trabalho a ser desenvolvido junto aos diferentes públicos, acompanhado por programas educativos que incluam uma reflexão crítica sobre o próprio funcionamento do museu, são questões ainda não freqüentes nos museus portugueses.

No ano de 2005, novo trabalho foi apresentado à comunidade museológica, na continuidade do protocolo de colaboração estabelecido entre o Instituto Português de Museus, o

---

<sup>5</sup> Projeto encomendado pelo Instituto Português de Museus (IPM) ao Observatório das Actividades Culturais (OAC), cujo principal objetivo era a caracterização do tecido museológico português tendo em vista a constituição da Rede Portuguesa de Museus e os objetivos complementares, a construção de novos indicadores para o conhecimento deste setor cultural e a definição de metodologias mais atualizadas e aprofundadas para as bases de dados existentes.

Instituto Nacional de Estatísticas e o Observatório das Actividades Culturais. A publicação intitulada 'O Panorama Museológico em Portugal (2000-2003)', apresentou um crescimento no número de museus que apresentam serviços educativos quando refere-se ao período analisado. No ano 2000, 44,2% das instituições apresentavam serviços educativos (de um total de 491 museus participantes da pesquisa), no ano 2001 o número cresceu para 43,3% (de um total de 577 museus) e no ano 2002 subiu para 47,7% (de um total de 591 museus). Ainda que se aponte um crescimento, é importante destacar que este número corresponde a menos da metade das instituições museológicas. Este é um dado preocupante que se refere a uma das funções estruturais do museu, uma de suas principais finalidades e que demonstra a distância que muitos museus ainda se encontram dos seus públicos.

A reflexão, o debate e a ação foram ampliados, expandindo-se para além dos espaços, tornando-se mais complexos e abrangentes. As instituições museológicas estenderam a reflexão e a ação de 'museu e escola' para 'Museologia e Educação'. Mas a expansão e o desenvolvimento que acompanham os setores educativos dos museus portugueses não excluem desafios recorrentes, enfrentados há muitos anos por aqueles que se dedicam à Educação no contexto museológico. O cenário aqui retratado evidencia que muitos dos desafios enfrentados pelos profissionais da área educativa nos espaços museológicos ao longo das últimas décadas, estiveram (e em diversos museus, ainda estão) relacionados à estruturação dos setores e regulamentação do cargo. O cenário demonstra certa fragilidade dos setores educativos, relacionada à ignorância (ou seria ao desinteresse?) de determinadas entidades e/ou tutelas administrativas que não

forneçam apoio e investimento suficientes para o desenvolvimento da área.

Em síntese, para que a função educativa transforme-se em prática educativa faz-se necessária a atuação de profissionais de museus comprometidos com o entendimento da Educação enquanto um processo de desenvolvimento da capacidade intelectual do ser humano, e comprometidos também com o entendimento pleno da Museologia e das novas funções do museu que colaboram na aproximação e qualificação da relação que o indivíduo estabelece com o patrimônio e o espaço. Neste sentido, é oportuno refletir sobre o papel e o espaço dos profissionais de museus dedicados à Educação.

Para tanto, é imprescindível compreender que os museus são instituições educadoras, tenham ou não um setor específico responsável por elaborar e desenvolver ações de caráter educativo. As instituições museológicas exercem a sua função educativa na sua relação com os visitantes e dos meios dos quais se vale para comunicar com os diferentes públicos (Nascimento, 2007, p.23), sendo essencial entender que a Educação Museal está para além de um serviço educativo, deve ser percebida como uma responsabilidade transversal à todos os setores de um museu.

Contudo, é pertinente reconhecer que a institucionalização do setor, núcleo ou serviço educativo é extremamente relevante para a organização do trabalho, a definição de objetivos e metas, a criação de rotinas, vínculos e responsabilidades a serem respondidas, a escolha de referências teóricas que embasem e qualifiquem a ação da equipe, num movimento de reconhecimento, valorização, fortalecimento e profissionalização do trabalho realizado junto aos públicos.

### Referências

- Associação Portuguesa de Museologia [APOM]. (1987). A escola vai ao museu. Colóquio APOM/87, Lisboa. Actas. Lisboa: Associação Portuguesa de Museologia. 142p.
- Cabral Santos, M. (1997). Lições das coisas (ou canteiro de obras): através de uma metodologia baseada na educação patrimonial. Dissertação apresentada ao Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro para obtenção do grau de mestre, orientada por Maria Aparecida Campos Mamede Neves, Rio de Janeiro. 137p.
- Cabral, M. (1999). A Educação no Museu Nacional de Arte Antiga. Revista Noesis, n.52 out/dez1999.
- Cavaco, G. (2002). Um museu na cidade: representações sociais de uma unidade museológica em transformação no centro de Lisboa. Dissertação apresentada ao Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para o obtenção do grau de mestre, orientada por Mario Moutinho, Lisboa.
- Faria, M.L. (2000). Projecto: Museus e Educação. Instituto de Inovação Educacional. In: [www.educadores.diaadia.pr.gov.br/](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/). Acedido em 15 de outubro de 2013 em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/>
- Instituto Português de Museus (2000). Inquérito aos Museus em Portugal. Lisboa: Ministério da Cultura; IPM; OAC. 260p.
- Leal, V. (2007). As Artes Plásticas como atividade lúdica no espaço museal. Estudo de Caso: "Manhãs no Museu", realizadas no Museu de Arte Sacra, no Funchal. Dissertação apresentada ao Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para o obtenção do grau de mestre, orientada por Maria Cristina Oliveira Bruno, Lisboa. 145p.

Mendes, J. (2009) Estudos do Património: Museus e Educação. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 231p.

Moura, C. (2011). O pulsar de meio século 1953-2011: historial crítico sobre os serviços educativos dos museus do Estado. Comunicação apresentada em reunião do CECA-Portugal, Lisboa, Portugal.

Mouvement International pour une Nouvelle Muséologie [MINOM]. (1995). I Encontro Nacional sobre Museologia e Educação, Setúbal. Actas. Setúbal: MINOM; Câmara Municipal de Setúbal. 5, 6 e 7 de outubro de 1995. 87p.

Museu Arte Sacra do Funchal [MASF]. (2013). [http://www.museuartesacrafunchal.org/servico\\_educativo.html](http://www.museuartesacrafunchal.org/servico_educativo.html). Acedido em 20 de setembro, 2013 de MASF em [www.museuartesacrafunchal.org](http://www.museuartesacrafunchal.org).

Nabais, A. (1985). The development of ecomuseums in Portugal. In: Images of the ecomuseum. Museum, Unesco: Paris. n.148, v.37, p.211-216.

Nascimento, J. (2007). Antropologia e museus: revitalizando o diálogo. In: Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU. p.262-274.

Portugal, 1980. Decreto-lei n.º45/80 de 20 de Março. Diário da República Portuguesa.

Portugal, 2004. Lei Quadro n.º47/2004 de 19 de Agosto. Diário da República Portuguesa.

Ribeiro, A.P.M.E. (2010). O museu e a escola: um contributo para os serviços educativos do museu da Guarda. Dissertação apresentada ao Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para a obtenção do grau de mestre, orientada por Judite Santos Primo, Lisboa. 211p.

Teixeira, M. (2004). Os Serviços Educativos: história e conceitos. Comunicação apresentada em reunião no Museu do Cartaxo, Cartaxo, Portugal.